

MPD mede o pulsar do progresso rural

Trata-se de uma reunião anual, enquadrada no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), tida como um instrumento de referência no que tange à promoção, coordenação e monitoria de acções que se orientam para as zonas rurais, mas também vista como um alicerce de acção, um inspirador e mobilizador de esforços de todos os sectores e agentes de desenvolvimento empenhados na luta pelo desenvolvimento rural em Moçambique.

Um comunicado do MPD, chegado ao ZAMBEZE, dá conta de que a Estratégia de Desenvolvimento Rural reconhece que a adequada implementação da visão estratégica do governo sobre o desenvolvimento rural passa necessariamente pelo reforço dos mecanismos de promoção, coordenação e monitoria das intervenções e assume que a governação mais integrada, inclusiva, participativa e descentralizada pode catalisar os esforços e orientá-los para a transformação pró-rural do padrão de criação de riqueza no país.

Na verdade, a dimensão

Perto de uma centena de quadros de diversos segmentos do Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD) estarão reunidos, próxima semana, na vila de Monapo, província de Nampula, num encontro que visa verificar o grau de cumprimento das acções de promoção, coordenação e monitoria do desenvolvimento rural ao longo do ano em curso, a nível de todo o país.

multi-sectorial do processo de desenvolvimento rural implica, inevitavelmente, a concentração de políticas, programas sectoriais e a coordenação inter-sectorial e inter-institucional na fase de implementação da EDR.

É por isso que na reunião de Monapo vai-se discutir e obter consensos sobre as prioridades actuais de intervenção na área de promoção de desenvolvimento rural nas províncias e estabelecer um plano de acção para orientar a acção das direcções provinciais de Plano e Finanças, que integram, na sua estrutura orgânica, o Departamento de Promoção de desenvolvimento (DPDR).

Por outro lado, serão elaboradas directrizes com vista a implementação do Programa de Apoio ao Processo de Desenvolvimento Económico Local (PAPDEL) e definidos os mecanismos para a dinamização das Agências de Desenvolvimento Económico

comunidades no processo de desenvolvimento dos distritos.

No fim do encontro de Monapo, o MPD terá em manga o programa das acções que deverá levar a cabo, no próximo ano, com vista a proporcionar maior dinamismo no desenvolvimento dos distritos, mas também terão sido capacitados quadros que trabalham no domínio da promoção de desenvolvimento rural, harmonizada a visão, os objectivos, as prioridades, as abordagens de intervenção e o enfoque a adoptar por todos os DPDR's. **Z**



Local (ADEL's).

A reunião de que temos vindo a falar, cujo lema será "Promovendo o Desenvolvimento Rural para o Combate à Pobreza", pretende ser um esforço orientado para a capacitação das instituições na perspectiva do "desenvolvimento rural integrado", propiciar maior coordenação entre os níveis distrital, provincial e central, para além de estimular uma ampla participação das

Comercial

MERCADOS DA CIDADE DE MAPUTO

Cobranças paralelas e coercivas matam vendedores

No dia 08 de Fevereiro de 2007, Eneas Comiche reuniu com a ASSOTSI e de seguida mandou emitir uma ordem de serviço, Nº4/GP/2007, no sentido de proibir essas cobranças mas "em Abril deste ano assinou um outro memorando a autorizar o que antes tinha proibido" - Mário Ngulele, vendedor do mercado de Xipamanine "É pura verdade. Diariamente recebemos reclamações vindas dos vendedores e encaminhamos ao Conselho Municipal" - Carlos Tembe, chefe da bancada Juntos Pela Cidade (JPC)

Os vendedores de diferentes mercados informais da capital do país andam com os nervos à flor da pele alegadamente porque o Conselho Municipal de Maputo e a Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal (ASSOTSI), estão a fazer cobranças diárias de taxas em paralelo e de forma coerciva à luz de um memorando de entendimento rubricado entre as duas entidades, mas que "constitui roubo", segundo alegam.

O assunto que por várias vezes já foi levantado em sessões da Assembleia Municipal pelos autarcas nunca mereceu o pronunciamento da edilidade. Entretanto, os próprios vendedores dizem que no referido memorando, agora na posse deste diário, não se percebe em que pé o presidente Eneas Comiche queria deixar as suas ordens, pois "no passado mandou a ASSOTSI e as Comissões de Vendedores cessarem as cobranças paralelas mas em Abril deste ano voltou a assinar um outro memorando de entendimento a permitir outra vez as mesmas cobranças e de forma coerciva".

Mário Ngulele, vendedor do mercado de Xipamanine, precisou que "no dia 08 de Fevereiro de 2007, Eneas Comiche reuniu com a ASSOTSI e de seguida mandou emitir uma ordem de serviço Nº4/GP/2007 no sentido de proibir essas cobranças".

Ainda de acordo com Mário Ngulele, a tal ordem de serviço com as rubricas do edil de Maputo e do director de Mercados e Feiras, José Maiane Matavele, foi distribuída para todas as entidades que trabalham com o Conselho Municipal na área dos mercados, mas "a ASSOTSI continuava a fazer cobranças".

Por outro lado, Mário Ngulele disse ainda que "já em Abril deste ano, apercebendo-se de que as cobranças de taxas não tinham verdadeiramente cessado conforme as ordens emanadas, o próprio Eneas Comiche assinou um outro memorando a autorizar o que antes tinha proibido". **Z**

Emildo Sambo

Da Terra obtemos riqueza

Tornar possíveis os sonhos das mulheres e homens empreendedores é a nossa missão. Oferecemos serviços que viabilizam o trabalho árduo dos empresários que criam riqueza e empregos.

O banco da nossa terra

Av. Samora Machel, nº 47 - Maputo